

Rosemberg representa o Legislativo em entrega de honrarias no TCM

O deputado Rosemberg Pinto (PT) representou o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), deputado Adolfo Menezes, na solenidade promovida pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM) para entrega da comenda "Medalha Deputado Luís Eduardo Magalhães" a três personalidades que prestaram relevantes serviços para o fortalecimento da corte de contas do Estado.

A sessão solene ocorreu na sede do TCM-BA na manhã desta segunda-feira (27) e foi marcada pela concessão da honraria ao presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, ao senador Jaques Wagner e ao conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-BA), Marcus Presídio.

Para Rosemberg Pinto, líder da bancada governista na ALBA, a outorga da medalha é um ato justo aos três homenageados. "É uma homenagem justa a três pessoas extremamente importantes para a cena baiana, que são o presidente do TCU, Bruno Dantas, o senador Jaques Wagner, que foi governador da Bahia e tem papel conciliador importante para esse momento de divisão que estamos passando no Brasil, e o nosso Marcus Presídio, que foi funcionário na nossa ALBA. Isso nos orgulha bastante. E tenho o orgulho também de ter votado para que ele pudesse ser conselheiro do TCE", relembrou o parlamentar, que complementou: "para nós, deputados da Assembleia Legislativa, que convivemos durante muito tempo com ele, é gratificante vê-lo receber a Comenda Deputado Luís Eduardo Magalhães".



Parlamentar afirmou que foram "muitos merecidas" as homenagens ao ministro Bruno Dantas (TCU), ao senador Jaques Wagner e ao presidente do TCE, conselheiro Marcus Presídio

Além de Rosemberg Pinto, prestigiaram a solenidade os deputados Vítor Bonfim (PV), Soane Galvão (PSB), Nilzinho (PP) e Robinson Almeida (PT), e as deputadas Fátima Nunes (PT) e Cláudia Oliveira (PSD).

Conforme explicou o presidente do TCM-BA, Francisco de Souza Andrade Netto, a medalha foi instituída em 2002 com o objetivo de agraciar personalidades que prestaram relevantes serviços ao Poder Legislativo baiano e ao TCM. "É um dia de muita alegria, pois estamos reverenciando a memória de Luís Eduardo Magalhães. Em mais de 20 anos, essa é a terceira cerimônia para a entrega da honraria, e a última foi há 10 anos. Somente

outras seis pessoas foram condecoradas, agora, com estas três, somam nove", contextualizou o chefe da corte, que também assegurou a escolha criteriosa das personalidades a serem agraciadas com a comenda.

Além das autoridades acima mencionadas, integraram a mesa de convidados: a procuradora-geral do Estado da Bahia (PGE-BA), Bárbara Camardelli, representando o governador Jerônimo Rodrigues; o vice-governador Geraldo Júnior; a presidente do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), desembargadora Cynthia Maria Pina Resende; o senador e ex-conselheiro do TCM-BA, Otto Alencar; o procurador-geral do Município de Salvador,

Eduardo Vaz Porto, representando o prefeito Bruno Reis; o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA), Pedro Maia Souza Marques; e o vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-BA), Maurício Kertzman, representando o presidente Abelardo da Matta Neto. Integrantes da corte de contas dos municípios baianos, também compuseram a mesa os conselheiros: o vice-presidente Mário Negromonte; o corregedor Plínio Carneiro Filho; o diretor da Escola de Contas, Nelson Pellegrino; Ronaldo Sant'Anna; Paulo Fernando Rangel de Lima; Alex Aleluia; e a procuradora-chefe do MP de Contas, Aline Paim.

Servidores de Recursos Humanos da ALBA participam de evento em Minas Gerais

Servidores da Superintendência de Recursos Humanos (SRH) da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) participaram, no dia 17 de maio, do encontro da Associação Nacional dos Servidores Públicos em Recursos Humanos (ANSREHL), que aconteceu nas dependências da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Durante o evento, os profissionais que atuam na área de gestão de pessoas puderam conhecer mais a fundo o modelo de Gestão por Competências implementado naquela Casa Legislativa.

A importância do encontro está em poder compartilhar o conhecimento da ALMG, ter a oportunidade de debater o tema com técnicos de outras assembleias participantes e utilizar do aprendizado para implementar essa importante ferramenta na ALBA, com vistas à identificação das necessidades da organização e melhor aproveitamento dos servidores com adequação dos seus perfis profissionais às diversas áreas de atuação, alcançando uma gestão mais moderna e qualificada para atender demandas num cenário de constantes desafios do Poder Legislativo.

Segundo o superintendente Francisco Raposo, que marcou presença no encontro, o processo de mo-



O superintendente Francisco Raposo afirmou que o processo de modernização da gestão de pessoas na Assembleia Legislativa da Bahia alcança uma nova fase

dernização da gestão de pessoas na ALBA alcança uma nova fase. Iniciamos com a busca de soluções próprias de tecnologia e estruturação da equipe de RH e agora partimos para, brevemente, tratarmos da capacitação dos gestores e colaboradores e a implementação de políticas espe-

cíficas.

Norteados por essa diretriz, a gestão de pessoas na ALBA irá, indubitavelmente, contribuir sobremaneira para o ganho da organização e seus colaboradores.

Nesse mesmo encontro, houve a oportunidade para que o coorde-

nador de TI junto ao RH, Fábio Menezes, pudesse conhecer o sistema próprio de Folha de Pagamento e as soluções de e-Social da ALMG, momento importante para agregar ao núcleo de desenvolvimento do RH as experiências bem-sucedidas daquela Casa Legislativa.

SEMANA DA ALBA



O pequeno expediente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), desta segunda-feira (27), foi dirigido pelo vice-presidente do Legislativo baiano, deputado Zé Raimundo Fontes (PT), que cedeu a condução dos trabalhos ao deputado Raimundinho da JR (PL), para também fazer uso da palavra. A fala foi franqueada aos parlamentares inscritos no horário.

Raimundinho da JR (PL) relatou, no plenário, atividades filantrópicas de seu mandato, destacando a doação integral do seu salário do mês ao Hospital Martagão Gesteira, como gestos “para motivar mais pessoas a fazer o bem”. Registrou sua participação na entrega, pela manhã, de 148 viaturas policiais, em Camaçari, e expressou indignação pela morte de outro jovem, em Diás d’Ávila, segundo ele por negligência da rede municipal de saúde.

Zé Raimundo Fontes (PT) parabenizou o governador Jerônimo Rodrigues pelas obras e anúncios, no sábado (25), em Palmas de Monte Alto, onde esteve integrando a comitiva do gestor. Sinalizou que a sequência de inaugurações do governo do Estado no Sudoeste baiano alcança Vitória da Conquista na próxima sexta (31), quando estará presente ao lado do deputado federal Waldenor Pereira (PT), entre outras lideranças locais e regionais.



Robinho (UB) subiu à tribuna para tratar sobre o recém-inaugurado Hospital Costa das Baleias, em Teixeira de Freitas, no Extremo Sul da Bahia. Apesar de elogiar a importância do equipamento, sua estrutura e o volume de investimentos, o parlamentar disse que a gestão da unidade “parece viver um período de adaptação”, cobrando seu pleno funcionamento. Segundo ele, a espera de paciente regulado leva em média 3 horas.

Colegiado debate os impactos das políticas da segurança pública na vida da juventude negra



AUDIÊNCIA PÚBLICA
JUVENTUDES NEGRAS E
SEGURANÇA PÚBLICA:
OUTROS CAMINHOS POSSÍVEIS

TERÇA
28/05
9H15
 ALBA - SALA
 HERCULANO MENEZES

HILTON COELHO
 PSDB

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA
 ALBA

“Juventudes Negras e Segurança Pública: Outros Caminhos Possíveis”. Este é o tema da audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública da ALBA, presidida pelo deputado Pablo Roberto (PSDB), que ocorre nesta terça-feira (28), às 9h15, na Sala Herculanô Menezes.

Proposta pelo deputado Hilton Coelho (Psol), a audiência objetiva mobilizar e reunir jovens negros/as de 15 a 29 anos de comunidades, grupos periféricos baianos e organizações do movimento negro e social para debater os impactos das políticas de segurança pública na vida da juventude negra, buscando caminhos que possibilitem uma cultura de paz e garantam direitos.

“O levantamento do monitor da violência sobre os números da letalidade policial na Bahia mostra que houve um aumento de 47% neste índice em 2020. O número de pessoas mortas pela

polícia na Bahia saltou de 773, em 2019, para 1.137, em 2020. A Bahia ultrapassou em números absolutos São Paulo, que teve 814 mortes - e se aproximou do Rio de Janeiro”, afirma Hilton Coelho.

Ele descreve também que “esses números são aproximados e marca politicamente a existência de alvos preferenciais, que são os corpos negros, e todo este contexto de alta letalidade e de descaso em solucionar os crimes mostram como o Estado não preserva as garantias fundamentais dessas vítimas e de seus familiares. Esse extermínio da juventude negra não é pontual e não pode ser compreendido de forma desarticulada de outras questões como a pobreza, a vulnerabilidade social, a ausência de políticas públicas garantidoras de direitos, a segregação urbana e outros fatores e causas profundas e históricas que precisam ser debatidas”.

Apoio para pacientes renais é tema de audiência

A Comissão de Saúde e Saneamento da Assembleia Legislativa discute nesta terça-feira (28), no plenarinho da ALBA, a partir das 9h30, em audiência pública, a “importância da implantação

da casa de apoio estadual para pacientes renais”. Proposto pelo deputado Hassan (PP), a audiência deve atrair representantes da sociedade civil organizada.

De acordo com o deputado

Hassan, que é membro titular do colegiado, a discussão desse tema se justifica “na medida em que a implantação de uma casa de apoio estadual para pacientes renais e transplantados, tan-

to para pacientes adultos como para pediátricos, será uma ação de grande valia do ponto de vista humanitário, principalmente para os transplantados no pós-operatório”.

 **AGORA É LEI****AGORA É LEI**

Bares e estabelecimentos comerciais são obrigados a auxiliar mulher vítima de assédio

Desde o dia 29 de abril, entrou em vigor a Lei 14.680/2024, que obriga bares, restaurantes, casas noturnas, casas de shows e eventos a adotar medidas para auxiliar a mulher que se sinta em situação de risco nas dependências desses estabelecimentos, no âmbito do Estado da Bahia. Esta legislação é uma iniciativa conjunta das deputadas Ivana Bastos (PSD) e Kátia Oliveira (UB) que se uniram em torno de um projeto que visa garantir espaços seguros e livres de violência, sem assédio e com respeito à dignidade das mulheres.

A nova legislação determina que o auxílio à mulher será prestado pelo estabelecimento mediante a oferta de um acompanhante até o carro dela, outro meio de transporte ou comunicação à polícia. A partir de agora, os estabelecimentos deverão utilizar cartazes, afixados nos banheiros femininos ou em qualquer ambiente do local, informando a disponibilidade do bar ou casa de shows para



Proposição foi apresentada de forma conjunta pelas deputadas Ivana Bastos (PSD) e Kátia Oliveira (UB)



o auxílio à mulher que se sinta em situação de perigo.

Consta ainda na nova lei a preocupação das deputadas Ivana e Kátia com relação ao reconhecimento imediato dos agressores. Por isso, as parlamentares orientaram, na elaboração do projeto, no sentido de que os referidos estabelecimentos sejam obrigados a fornecer, às autoridades requisitantes, quaisquer informações que venham a ter, inclusive filmagens, fotografias ou ima-

gens de câmeras, que possam auxiliar na identificação de autores de agressões ou quaisquer formas de assédio contra mulheres.

É obrigação também do estabelecimento comercial adotar medidas cabíveis para a proteção da vítima e identificação/responsabilização do autor do fato, em caso de serem notificados por seus funcionários, pela vítima ou por terceiros. A intenção é que não haja impunidade para qualquer

tentativa ou consumação de assédio, importunação sexual, ameaça, estupro e outros delitos que coloquem em risco a vida e a integridade física das mulheres. A Lei 14.680/2024 foi aprovada pelo plenário da Assembleia, promulgada pelo presidente do Parlamento baiano, deputado Adolfo Menezes, e já foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo. Como já é lei, cabe agora à população fiscalizar para o cumprimento legal.

A deputada Olívia Santana (PC do B) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma indicação ao governador Jerônimo Rodrigues propondo a reserva às pessoas trans e travestis de 2% das vagas oferecidas nos concursos públicos e estágios profissionais no âmbito da administração pública estadual.

No documento, a legisladora relatou que estimativas da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) indicam que aproximadamente 2% da população brasileira integra a categoria de pessoas trans e travestis. "Essa é uma das razões para apresentarmos nesta proposição 2% como valor percentual das reservas de vagas para o grupo, semelhante ao modelo implementado de cotas sociais e raciais", argumentou.

Olívia também ressaltou que a população trans e travesti está sujeita à marginalização social e à violência em vista dos efeitos gerados pela transfobia institucional e estrutural, com recusa à

Olívia propõe reserva de vagas em concurso às pessoas trans e travestis



Deputada Olívia Santana (PC do B)

entrada do grupo no mercado de trabalho formal por conta da discriminação e invisibilização dessas identidades nas políticas de inclusão no setor governamental. "Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de

implementação de ações afirmativas para pessoas trans e travestis no acesso ao mercado de trabalho e ao pleno emprego", frisou.

Por outro lado, a deputada mencionou avanços já presen-

ciados no Brasil, a exemplo do reconhecimento do Supremo Tribunal Federal (STF) da retificação do prenome e gênero do registro civil de pessoas trans e travestis, a aprovação pelo Tribunal de Justiça da Bahia de cotas para pessoas trans e travestis em processo seletivo de estágio de nível médio, superior e pós-graduação, adoção de cotas para o segmento no acesso ao ensino superior das universidades do Estado da Bahia (Uneb) e dá Federal da Bahia (Ufba), a defesa feita pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, ligada ao Ministério Público Federal (MPF), em prol da adoção das cotas nos concursos públicos para pessoas trans e travestis, é a intenção do governo federal em implementar a reserva de vagas nos concursos públicos para pessoas trans e indígenas.

Solenidade na Academia de Letras da Bahia foi bastante prestigiada por acadêmicos, professores, estudantes e amantes de literatura



Assembleia e ALB lançam “Vozes do nosso Tempo” e “Contos Seleccionados”

Dezenas de acadêmicos, professores, estudantes e amantes de literatura em geral prestigiaram, na última sexta-feira (24), na Academia de Letras da Bahia, o lançamento dos livros “Vozes do nosso Tempo” e “Contos Seleccionados”, publicados em regime de coedição pela Assembleia Legislativa e a Academia de Letras da Bahia (ALB). As obras foram escritas pelos acadêmicos Aleilton Fonseca e Carlos Ribeiro. Impossibilitado de comparecer ao evento, o presidente Adolfo Menezes foi representado pelo deputado Marcelino Galo (PT).

O primeiro a falar na cerimônia foi o presidente da Academia, professor Ordep Serra, que fez um breve histórico das atividades daquela instituição cultural que permanece ativa, viva, realizando cursos, seminários e lançando livros, como ocorrerá esta semana

com “Cachoeira e seu Município – Escorço Físico, Político, Econômico e Administrativo”, de Pedro Celestino da Silva, organizado e atualizado pelo historiador Manoel Passos Pereira. Ele registrou a importância do convênio mantido com o Legislativo para a preservação de obras fora de catálogo e fomento da atividade literária.

COLABORAÇÃO

O deputado Marcelino Galo ratificou a disposição da Assembleia Legislativa de manter e ampliar o convênio com a Academia, através de ações que gerem conteúdos para a programação da TV ALBA (em discussão) e multiplique a quantidade de títulos produzidos anualmente. Para ele, a atual diretoria da Academia de Letras merece todo o apoio dos baianos não apenas pelas

ações culturais e educacionais que realiza diuturnamente, mas também pela aproximação em curso com diversos segmentos da nossa sociedade – movimento que vem ao encontro do propósito do próprio Poder Legislativo de se aproximar ainda mais da população.

Antes da longa e demorada sessão de autógrafos, falaram ainda os autores, os professores e acadêmicos Carlos Ribeiro (primeiro) e Aleilton Fonseca, este recém-aposentado da Universidade Federal da Bahia. Carlos Ribeiro explicou que “Contos Seleccionados” é um resumo dos seus quase 40 anos de escrita e 20 livros publicados. Ele fez uma seleção dos seis livros de contos, bem como de alguns publicados na Revista da própria Academia e do Caderno B do jornal A Tarde, bem como do extinto Caderno de Literatura A Tarde Cultural.

Ele tratou brevemente também de “Vozes do nosso Tempo”, escrito com o confrade e amigo, Aleilton Fonseca, uma série de entrevistas com personalidade da vida baiana.

Por sua vez, Aleilton Fonseca fez um breve relato das suas mais de duas décadas como integrante da Academia, da sua obra, elogiando a qualidade editorial dos dois volumes que estavam sendo lançados (trabalho da P55) e manifestou a sua certeza de que outros livros importantes serão feitos através do convênio. Sobre “Vozes do nosso Tempo” lembrou que foram entrevistas realizadas para “Irarana: revista de arte, crítica e literatura”, que editaram entre os anos 1998 e 2007, e para o jornal A Tarde – que guardam atualidade impressionante, agora disponibilizadas para as gerações mais jovens no formato livro.

A Assembleia Legislativa lança nesta terça-feira (28), a partir das 17h, o livro "Cachoeira e seu Município – Escorço Físico, Político, Econômico e Administrativo", na Academia de Letras da Bahia, no bairro de Nazaré, em Salvador. A publicação traz textos do historiador Pedro Celestino da Silva, originalmente publicados nas revistas do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1937 e 38. A organização e atualização da obra foi realizada pelo também historiador Manoel Passos Pereira.

Trata-se de uma obra de fôlego, com quase 500 páginas, subdividida em duas partes. A primeira parte conta os primórdios da formação da cidade, desde a criação da Capitania da Bahia, por carta de doação a Francisco Pereira Coutinho, em 1534. Ele descreve as dificuldades das primeiras povoações às margens do Rio Paraguaçu e o estabelecimento do porto da Cachoeira. O autor se detém em minúcias sobre a geografia em que se instalou o município, algo que remete ao livro Os Sertões, de Euclides da Cunha.

FONTE HISTÓRICA

Manoel explica que o principal objetivo do livro é reconhecer a importância de Pedro Celestino como historiador regional. Para ele, trata-se de uma "fonte histórica necessária, talvez até obrigatória, para as presentes e futuras pesquisas que envolvam a história da Bahia". Ainda segundo o organizador, o autor "chega a contemporaneidade como um intelectual que se dedicou a decifrar a história de uma sociedade conservadora que ajudou a construir o que denominamos de civilização brasileira".

O projeto de republicar os textos, explica Manoel, começou ainda na sua graduação em história, na Ufba, com o apoio do professor Cid Teixeira, que inclusive teria se oferecido para fazer a apresentação da obra. "Infelizmente, não pude contar com a valiosa apresentação do meu querido mestre", lamentou.

ALBA lança o livro "Escorço" na Academia de Letras da Bahia



Ele explicou ainda que as imagens que ilustram o livro foram obtidas durante suas pesquisas na biblioteca do IGHB e no Museu Temporal. O historiador cita ainda os vários amigos que contribuíram para a execução do seu trabalho, incluindo o jornalista Jorge Ramos, diretor da biblioteca do IGHB, falecido recentemente.

COLONIZAÇÃO

Nas 30 páginas compreendidas entre os títulos Capitania do Paraguaçu e Vila de N. Sra. do Ro-

sário do Porto da Cachoeira, o autor mostra as primeiras interações entre europeus que chegam para colonizar e os povos originários, que enfrentaram uma invasão das terras em que viviam. "Essa guerra de extermínio praticada à sombra da cruz e da lei, deixa ver todo horror e crueldade dessa situação: aldeias inteiras foram destruídas, de outras se refugiaram nas florestas os seus moradores para se subtraírem à escravidão", descreve Pedro Celestino.

O autor lembra que parte dos antigos moradores "aceitaram o

jugo por influência dos jesuítas, permaneceram nas reduções, em estado de meia civilização, não falando no grande número dos silvícolas, que, pelo mau tratamento dos colonos, fugiram para o mato, onde novamente se barbarizaram". Ele cita trechos das crônicas do padre Simão de Vasconcelos, da Companhia de Jesus, que viveu entre 1616 e 1641, voltando ao país depois de 1662.

Os textos, apesar de escritos nos anos 30 do século passado, não oferecem a visão eurocêntrica em voga na época. Citações do período colonial, o que determina muitas vezes uma anacrônica visão eurocêntrica, mesmo quando cita o padre jesuíta, que viveu no Século XVII. Exemplo disso: "A paz com indígena do país durou enquanto durou também a paciência dele, porque não houve comércio vil, barbaridade, violência, extorsão e imoralidade que os portugueses não praticassem em todas as capitanias contra aqueles a quem chamavam selvagem, mas a quem, neste ponto, excediam em selvageria".

25 DE JUNHO

A segunda parte do livro começa parecida com o final da anterior. Só que o descritivo geográfico desta seção trata da população, usos e costumes, religião, entre outros. Dedicada-se a pormenores de 11 templos, fala dos subúrbios, freguesias e das capelas particulares ali existentes, antes de adentrar em outros fatores como os econômicos e políticos locais.

A partir da página 346, no capítulo Fatos e Vultos Cachoeiranos, Pedro Celestino conta os fatos heróicos da cidade que redundaram na Independência da Bahia, no dia 2 de Julho. Para a cidade, a data magna é comemorada sete dias antes, quando a localidade declarou fidelidade ao príncipe D. Pedro e afastamento do Estado português. Os diversos personagens daquela saga estão citados nos títulos seguintes.

Aniversário de Senhor do Bonfim é saudado por Júnior Nascimento

O deputado Júnior Nascimento (UB) apresentou, na Assembleia Legislativa, moção de congratulações a Senhor do Bonfim pelo aniversário de emancipação política da localidade, que é comemorado neste dia 28. "Cumprimos toda a população, através do prefeito Laércio Muniz, que nos últimos anos vem desenvolvendo um excelente trabalho à frente da administração municipal, através de parcerias e articulações nas esferas estadual e federal, tem levado melhorias na infra-

estrutura, educação, saúde, para a sede e também para a zona rural", elogiou.

O município está completando 139 anos de emancipação. A fundação da cidade, conforme relembra o deputado, está diretamente relacionada à busca de ouro e pedras preciosas e à introdução da criação de gado no Sertão da Bahia. Em fins do Século XVI, portugueses pertencentes à Casa da Torre organizavam expedições com destino ao Rio São Francisco e às minas de ouro de Jacobina, iniciando

a ocupação do interior da província e a formação de vias de comunicação com o litoral.

Com o crescimento da atividade pecuária, a expansão das pastagens e o consequente avanço da ocupação do sertão baiano, formou-se uma povoação ao redor da antiga rancharia, às margens da estrada das boiadas. Em 1750, o núcleo contava com várias edificações e com população estabelecida, recebendo a denominação de arreal de Senhor do Bonfim da Tapera.



Deputado Júnior Nascimento (UB)

Galo defende alimentos orgânicos ou de base agroecológica na merenda escolar

O deputado Marcelino Galo (PT) quer a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar estadual. Para isso, apresentou na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) projeto de lei que determina ainda que esses alimentos devem vir diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural. O Governo do Estado poderá adotar preços diferenciados de até 30% a mais em relação ao produto similar convencional.

Na justificativa da proposição, o deputado dissertou sobre os danos da utilização de agrotóxicos em larga escala, que “acarreta graves problemas ambientais e de saúde pública”. Desde 2008, o Brasil é líder no consumo mundial de agrotóxicos. Entre os anos 2000 e 2009, a taxa de crescimento no país atingiu quase 200%. “Cerca de 20% dos pesticidas fabricados no mundo são despejados em nosso país, que utiliza um bilhão de litros do produto ao ano”.

Galo citou estudos, pesquisas



Deputado
Marcelino Galo
(PT)

e resoluções que comprovam os impactos dessas substâncias na vida de trabalhadores rurais, consumidores “e demais seres vivos, revelando como desencadeiam doenças como câncer, disfunções neurológicas e má formação fetal, entre outras”. Conforme aponta a pesquisa feita em Lucas do Rio

Verde, os agrotóxicos cancerígenos aparecem no corpo humano pela ingestão de água, pelo ar, pelo manuseio dos produtos e até pelos alimentos contaminados. Em substituição ao modelo dominante, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) apoia a produção de base agroecológica em acordo

com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Este modelo, informou, otimiza a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à vida. “Além de ser uma alternativa para a produção de alimentos livres de agrotóxicos, tem como base o equilíbrio ecológico, a eficiência econômica e a justiça social, fortalecendo agricultores e protegendo o meio ambiente e a sociedade”.

Portanto, concluiu o petista, “o Estado da Bahia deve atuar em conformidade com a opinião da comunidade científica nacional” no sentido de estimular a transição agroecológica e o consumo de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos. Seu projeto, finalizou, tem como objetivo “proteger a saúde dos estudantes baianos, bem como o meio ambiente, da contaminação por esses produtos e, ao mesmo tempo, induzir a transição para um modelo de produção agroecológico”.

Feira Agroecológica movimentada a Assembleia

Ansiada pela maioria dos servidores da Casa, a Feira Agroecológica da ALBA retorna à Casa Legislativa com mais de 30 agricultores familiares expondo produtos orgânicos nas 14 barracas situadas ao longo do corredor, em frente ao refeitório. De iniciativa do mandato do deputado Marcelino Galo (PT), a feira começou nesta segunda (27) e vai até a quarta-feira (29), expondo frutas, hortaliças, queijos, ovos, doces, licores, mel, raízes e derivados.

Na organização da Feira desde as edições anteriores, Jucimária Farias, do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), ressaltou a representatividade da ALBA como espaço “que deveria ser nosso, e que muitas vezes não nos é oportunizado”. Segundo a agricultora, o momento de retomada é muito importante não só para comercialização, mas para a demarcação da potencialidade da agricultura no campo. “Nem todo mundo tem consciência do tamanho que é a produção camponesa e a gente traz uma mostra do que as comunidades produzem”, acrescentou.

APICULTURA

Em uma das barracas, a neozelandesa radicada na Bahia, Helen Caughley vende colmeias e derivados da apicultura como mel, extrato de própolis, pólen, shampoo, sabonetes, protetor labial e pano ecológico para embalar comidas. Ao vender a colmeia, ela oferece cursos de criação de abelhas, por meio da Cooperativa de Criação de Abelhas do Brasil (Coopcab). “O foco do curso é na abelha Uruçuca, que não tem fer-



Mais de 30 agricultores familiares estão expondo produtos orgânicos nas 14 barracas situadas ao longo do corredor, em frente ao refeitório da Casa

rão e está ameaçada de extinção e o objetivo é ajudar as pessoas, sobretudo as mulheres, a terem uma fonte de sustento”, afirmou.

Trazendo uma mostra da agricultura indígena na Chapada Diamantina, Alba Payayá vende ervas medicinais e com o reaproveitamento das frutas da região, como jaboticaba, licuri, jenipapo, manga, geleias, compotas, além de doces feitos com leite de cabra. “Para nós, é muito importante mostrar pra Salvador que a gente produz produtos de qualidade, acessível, sem agrotóxico, que o indígena, que tem um estereótipo de uma gente que não produz, também fazemos parte da roda econômica”, disse.

Marilene Andrade cultiva a

terra desde pequena, quando começou a entender sobre alimentação saudável e soberania alimentar. Na feira, ela vende lima, laranja pocã, banana, cocada, licor envelhecido, folhas medicinais, “e o que dá no quintal, uma diversidade de produção dependendo da época”.

Para ela, a feira é uma boa oportunidade dos agricultores familiares comercializarem sua produção, sem atravessadores. “Nós produzimos e também comercializamos. Isso dá empoderamento, principalmente para nós, mulheres, agricultoras do campo, que temos toda uma dificuldade de logística pra comercializar os nossos produtos, e também dá visibilidade a uma produção de qualidade”, colocou.

No primeiro dia de retorno, a Feira Agroecológica teve um grande fluxo de servidores e visitantes que adquiriram os mais diversos produtos. Entre eles, Amenair Silva, do gabinete do deputado Marquinho Viana (PV), festejou a volta do evento e parabenizou o deputado Marcelino Galo pela iniciativa. “Essa feira é importantíssima, tanto para o desenvolvimento da agricultura familiar, quanto para educar a população a consumir produtos saudáveis. Pra quem trabalha aqui, melhor ainda, encontrar, dentro da nossa Casa, todos esses produtos à disposição pra gente comprar. Temos que prestigiar, que consumir, pra atingir essas finalidades”, comemorou.

Cadore pede melhorias na sinalização viária em Jacobina

A deputada Neusa Cadore (PT) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma indicação endereçada ao governador Jerônimo Rodrigues, solicitando a adoção de medidas para melhorar a sinalização de trânsito na sede do município de Jacobina, no Piemonte da Diamantina, na Bahia. O pedido atende a uma demanda do vereador Rone do Junco.

Segundo a deputada, a sinalização horizontal e vertical é essencial para a organização do trânsito, fornecendo informações cruciais aos usuários das vias,



Deputada
Neusa Cadore
(PT)

como direção, presença de quebra-molas, faixas de pedestres e áreas de parada proibida. A falta de sinalização

adequada em Jacobina tem gerado dificuldades para pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas, aumentando

o risco de acidentes.

A melhoria da sinalização é particularmente importante devido ao perfil econômico e turístico do município. Jacobina, com uma população estimada de 82.590 habitantes em 2022, segundo o IBGE, possui uma economia voltada para a agricultura familiar e o turismo ecológico. A deputada enfatiza que a sinalização adequada não só ordena o trânsito, mas também fortalece as atividades ecoturísticas e econômicas locais.

Neusa Cadore solicita que o Departamento Estadual de Trânsito (Detran), sob a direção de Rodrigo Pimentel, tome as providências necessárias para implementar a sinalização de trânsito na zona rural e urbana de Jacobina, garantindo um trânsito mais seguro e eficiente.



★ 1930
† 2024



VIRGÍLIO FIGUEIRA MENDES



Deputado
Tiago Correia
(PSDB)

Tiago Correia destaca compromisso social

A morte do ex-vereador de Vitória da Conquista, Virgílio Figueira Mendes, ocorrida na sexta-feira (24), aos 93 anos, foi lamentada pelo deputado Tiago Correia (PSDB) em moção de pesar apresentada na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

No documento, o parlamentar conta que Vivi Mendes era uma das figuras históricas da política de Vitória da Conquista. "Ocupou uma cadeira no Legislativo por sete mandatos. Pessoa leve, sempre disposta a ajudar o povo, Vivi teve como seu principal eleitorado a região da Limeira, Capinal, Iguá, dentre outras localidades rurais, sempre em busca de ajudar os mais necessitados", declarou o parlamentar.

Segundo ele, Virgílio Figueira

Mendes, conhecido popularmente como Vivi Mendes, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Vitória da Conquista em 1983 e teve seu mandato renovado por mais seis eleições consecutivas. "Sua vocação política foi herdada de seu pai, Vivaldo Mendes Ferraz, e que também passou para seus filhos, como, por exemplo, o atual vereador Nelson de Vivi", disse Tiago Correia, acrescentando que o político se destacou também "em sua atuação como parlamentar, projetos e indicações que promovam a melhoria da qualidade de vida da população carente".

Vivi Mendes deixa esposa e 50 filhos, incluindo Nelson de Vivi, que atualmente ocupa uma cadeira na Câmara de Vereadores, netos, bisnetos e trinetos.



Deputado
Fabrício Falcão
(PC do B)

Fabrício elogiou o "legado significativo"

Em moção de pesar apresentada na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o deputado estadual Fabrício Falcão (PC do B) lamentou a morte do ex-vereador Virgílio Figueira Mendes e destacou o "legado significativo" deixado por ele na política e na comunidade rural de Vitória da Conquista. "Durante seus mandatos, Vivi Mendes focou em ações que promoviam a melhoria da qualidade de vida da população rural, sempre próximo às suas raízes e às necessidades de sua comunidade".

No documento, Fabrício contou que Virgílio Vivi Figueira Mendes foi agricultor de origem humilde, nasceu na Vila do Iguá e foi criado no povoado da Limeira. Ele era filho do respeitado vereador Vivaldo Mendes Ferraz, uma figura influente na história

política de Conquista.

"Vivi Mendes começou sua carreira política ao se filiar ao extinto MDB, sendo eleito vereador pela primeira vez em 1983. Sua dedicação à política e ao bem-estar da população da Zona Rural garantiu sua reeleição sucessiva, totalizando sete mandatos, o último deles em 2008, já filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), com 2.482 votos", contou o parlamentar comunista.

Fabrício Falcão pontuou que a morte dele representa uma grande perda para a família, amigos e todos aqueles que foram beneficiados por seu trabalho incansável. Ele ressaltou também o vazio deixado pela perda Vivi Mendes e os sentimentos de saudade que seu passamento trouxe a todos que o conheceram.

Júnior Muniz luta para fortalecer a atividade de podologia

Estimular a atividade de podologia na Bahia, promovendo a saúde pública e garantindo acesso das pessoas a serviços de qualidade. É com este objetivo que está tramitando na Assembleia Legislativa projeto de lei de autoria do deputado Júnio Muniz (PT). "Isso é especialmente importante considerando que problemas nos pés podem impactar diretamente na mobilidade e no bem-estar geral das pessoas", disse.

A proposição pretende também estabelecer padrões de formação e regulamentação da profissão de podólogo, garantindo que os serviços prestados atendam a critérios de qualidade e segurança. Por esta razão, começa por definir quem é o podólogo: o profissional de atenção à saúde com formação de nível superior em podologia, devidamente habilitado em curso aprovado por órgão competente e regulamentado pelo Ministério da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases. Além deste profissional, o texto define também o técnico na área e a própria atividade, quanto a competências, atribuições e obrigações.

O parlamentar acredita que sua iniciativa, caso seja transformada em lei, irá estimular a atividade da podologia no estado. "O estímulo à atividade de podologia no estado da Bahia é crucial por diversos motivos", diz o depu-



Deputado
Júnio Muniz
(PT)

tado. Para ele, "a podologia desempenha um papel fundamental na promoção da saúde dos pés, prevenindo e tratando uma série de condições podológicas que podem afetar a qualidade de vida das pessoas". Além disso, a podologia é uma profissão reconhecida internacionalmente e o incentivo a essa atividade pode gerar oportunidades de emprego e renda para os profissionais da área, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico da Bahia.

O Art. 4º da proposição preconiza que os estabelecimentos destinados a fazer os tratamentos dos pés terá que possuir um podólogo como responsável técnico. A atividade poderá ser realizada em clínicas de estética, estabele-

cimentos que ofereçam serviços e produtos de podologia, associações, hospitais, unidades básicas de saúde, agremiações esportivas, domicílios ou na atuação como profissional autônomo.

"O estímulo à atividade de podologia pode contribuir para a diversificação da oferta de serviços de saúde no estado, ampliando o leque de opções disponíveis para a população", defende Muniz. Segundo ele, a qualificação do serviço pode beneficiar especialmente grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com condições médicas crônicas que requerem cuidados especiais com os pés. Programas de capacitação e atualização profissional estão previstos na matéria.



Deputado Hilton Coelho
(Psol)

Hilton Coelho lamenta a morte de Lude Montalvão Pereira Damico

Em moção de pesar, o deputado Hilton Coelho (Psol) lamentou o falecimento, no dia 25 de maio, de Lude Montalvão Pereira Damico, jovem psicóloga e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB). "Perdemos uma pessoa comprometida com as mudanças radicais que a sociedade necessita, com a organização popular. Recém-formada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), estava inserida na luta e organização da categoria da área de Saúde", destaca o parlamentar.

Hilton Coelho afirma também que "perdemos uma revolucionária, militante destacada e assumimos o compromisso de continuar a caminhada pela construção de uma sociedade igualitária. Nosso fraterno abraço ao companheiro Giovanni Damico, suas duas filhas, às/ aos camaradas do PCB e demais que com ela atuavam. Será sempre lembrada! Camarada Lude Montalvão Pereira Damico, presente!"

Ludmilla Fiscina se congratula com Irará

A deputada Ludmilla Fiscina (PV) apresentou, na Assembleia Legislativa, uma moção de congratulação pela passagem dos 182 anos de fundação e emancipação política de Irará, comemorados nesta segunda-feira (27).

Irará está localizada no Centro Norte Baiano, na Área de Expansão Metropolitana de Feira de Santana, a 128 km de distância da capital baiana. No documento, a parlamentar destacou que o município foi criado com o nome de Purificação dos Campos, em 27 de maio de 1842, tendo como sede a vila do mesmo nome, sendo que em 8 de agosto de 1895, a sede foi elevada da condição de vila para cidade, quando naquela oportunidade tanto o distrito-sede como o município receberam o nome de Irará.

Com o objetivo de catequizar os índios nas primeiras décadas do Brasil Colônia, os padres jesuítas chegaram à região de Irará



Deputada
Ludmilla Fiscina
(PV)

e construíram uma igreja sob o Orago de São João Batista, cujas terras pertenciam à Sesmaria de Garcia D'Ávila.

"Neste dia de festa, quero parabenizar todos os iraraenses que, com a força do trabalho, vem construindo sua história e fazendo uma cidade cada vez melhor. Muitos lá nascem, outros chegam e permanecem, todos

envolvidos em um sentimento de coletividade e solidariedade. Que tenham orgulho de pertencer a este município e vivam em paz e feliz com suas famílias", desejou a parlamentar.

Irará tem uma população estimada em 29.305 habitantes e faz divisa com os municípios de Água Fria, Coração de Maria, Ouriçangas, Pedrão e Santanópolis.

O deputado Matheus Ferreira (MDB) apresentou, na Casa Legislativa, um projeto de lei que dispõe sobre diretrizes para “Cidades Inteligentes” (Smart Cities), no âmbito do Estado da Bahia. De acordo com a proposição do parlamentar, “ficam estabelecidos os princípios e regras que nortearão a implantação de equipamentos, dispositivos e infraestrutura para cidades inteligentes”. Ele explica que é considerada uma Smart City a cidade que possua inteligência coletiva, tenha responsabilidade ambiental, promova o desenvolvimento social e que estimule o crescimento econômico equilibrado por todo o território do município.

No documento encaminhado à Mesa Diretora, o legislador estabelece quais são os princípios a serem respeitados na construção de infraestrutura e instalação de dispositivos para as cidades inteligentes: I – O desenvolvimento coletivo em detrimento dos interesses individuais; II – O crescimento equilibrado do território da cidade, evitando o investimento



Deputado Matheus Ferreira (MDB)

Matheus propõe diretrizes para as “Cidades Inteligentes”

restrito às zonas mais rentáveis do município; III – O equilíbrio da oferta de infraestrutura e de serviços sociais na cidade, garantindo o acesso a todos os cidadãos; IV – A distribuição igualitária e inteligente de investimentos externos e recursos do município.

De acordo com o emedebista, a aplicação desta lei tem como objetivos estimular o desenvolvimento colaborativo entre sociedade, empresas investidoras e municípios; garantir a liberdade de escolha, a livre iniciativa, a economia de mercado e a defesa do consumidor dos serviços urbanos; desenvolver a pluralidade e a eficiência de soluções de serviços, equipamentos e dispositivos; além de fomentar os investimentos externos, o empreendedorismo e a prosperidade

econômica das cidades.

Matheus Ferreira diz ainda que o crescimento mundial da população urbana “torna imperativo aos grandes centros urbanos um planejamento mais criterioso, uma distribuição equilibrada de recursos e equipamentos, além de um desenvolvimento igualitário pelo território das cidades, minimizando os custos econômicos e sociais para a população dos municípios”. Nesse sentido, aponta o legislador, as Smart Cities criam um conjunto de possibilidades de usos das cidades sem precedentes. “Contamos com o apoio dos ilustres pares da Casa do Povo para a aprovação deste projeto de lei sobre as diretrizes para as Cidades Inteligentes”, finalizou o deputado.

Hassan lamenta a morte da empresária e líder comunitária Márcia de Xexéu

“Exemplo de caráter, retidão, humildade e de amor ao próximo, a líder comunitária, empresária e política Márcia Cristina Amorim Marinho, carinhosamente tratada em Jequié como Márcia de Xexéu, faleceu neste sábado (25), aos 64 anos, deixando de luto a comunidade jequiense, em especial a população do bairro Curral Novo, onde tinha forte atuação social e humanitária”. Foi assim que o deputado municipalista Hassan (PP) recebeu a notícia da partida de Márcia de Xexéu e registrou na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) moção de pesar, destacando suas ações

em benefício das pessoas mais carentes. “Era uma amiga querida, uma mulher aguerrida e um ser humano verdadeiramente incrível”, disse ele.

Externando seu pesar e solidariedade ao amigo e esposo de Márcia, Waldir Peleteiro Marinho, conhecido como Xexéu, de quem ela ganhou o apelido, e aos filhos Luciana, Juliana e Waldir Júnior, o deputado Hassan lembrou que “ela sempre defendeu e se colocou a serviço dos mais humildes e necessitados, com importante trabalho em prol das famílias do bairro Curral Novo”.

Conhecida e reconhecida

em Jequié, Márcia administrava a empresa da família ao lado do esposo e do filho Waldir Júnior, a WM Construtora, sediada no bairro Curral Novo. No ano de 2020, ela foi candidata a vice-prefeita do município, na chapa liderada pelo médico Fernando Vieira, quarto colocado na disputa eleitoral daquele ano. Recentemente filiada ao partido União Brasil, partido que integra o grupo do prefeito Zé Cocá, Márcia era cogitada como virtual candidata ao legislativo municipal e era apontada como um dos fortes nomes na corrida por uma das 19 vagas na Câmara de Vereadores.



Deputado municipalista Hassan (PP)

Pancadinha saúda os 133 anos de Canavieiras

A passagem do 133º aniversário de emancipação política e administrativa do município de Canavieiras na Bahia, comemorado em 25 de maio, foi saudada pelo deputado Pancadinha (SD) em moção de congratulações inserida na Ata dos Trabalhos da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

No documento, o parlamentar relatou um pouco da história da cidade localizada no Litoral Sul da Bahia, a 568 km de Salvador, com uma população estimada de aproximadamente 33 mil habitantes, de acordo com o IBGE, em 2022.

“Ao relembrarmos as origens da colonização deste território, so-

mos remetidos à primeira década do século XVIII, quando destemidos aventureiros brasileiros e portugueses, motivados por diversas razões, desbravaram estas terras pertencentes à Capitania de São Jorge dos Ilhéus”, contou Pancadinha, no documento. Segundo ele, em um local próximo à costa, ao sul da capitania, esses aventureiros encontraram abrigo e fundaram o povoado de Puxim.

Ainda de acordo com o legislador, a elevação à categoria de Freguesia de São Boaventura do Puxim, em 11 de abril de 1718, foi um marco fundamental, impulsionando o crescimento acelerado, tanto em termos populacionais

quanto econômicos. Ele contou também que as terras férteis se revelaram ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, consolidando o desenvolvimento de Canavieiras, que foi elevada à categoria de cidade em 25 de maio de 1891, “um reconhecimento de seu papel central e sua contribuição para o estado da Bahia e para o Brasil como um todo”.

“Sendo assim, é com imensa alegria que estendo minhas sinceras felicitações a todos os cidadãos de Canavieiras neste dia memorável, em que celebramos os 133 anos de sua emancipação. Parabéns a todos!”, concluiu o deputado Pancadinha.



Deputado Pancadinha (SD)

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Adolfo Menezes

1º Vice-Presidente

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º Vice-Presidente

Deputado Marquinhos Viana

3º Vice-Presidente

Deputado Antônio Henrique Júnior

4º Vice-Presidente

Deputado Laerte do Vando

1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga

2º Secretário

Deputado Samuel Junior

3º Secretário

Deputado Vítor Azevedo

4º Secretário

Deputado Zó**SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA.....	10
NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES	13

SAF --DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL.....	15
---	----

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 25.388/2024

Autoriza a criação de cursos de Terapia Ocupacional em universidades estaduais públicas da Bahia, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA
DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizada a criação do curso de Terapia Ocupacional em universidades estaduais públicas da Bahia.

Art. 2º - Recomenda-se que as universidades estaduais públicas da Bahia adotem políticas inclusivas direcionadas aos pais de pessoas atípicas, ou seus representantes legais, nos cursos de Terapia Ocupacional.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2024.

Deputado HASSAN

JUSTIFICATIVA

O presente projeto autoriza a criação de cursos de Terapia Ocupacional em universidades estaduais públicas da Bahia, assim como recomenda a adoção de políticas inclusivas direcionadas aos pais de pessoas atípicas, ou seus representantes legais, nos cursos de Terapia Ocupacional.

Em relação aos aspectos financeiros, trata-se de demanda que não prevê aumento de despesa nem redução de receita para o Estado, não incorrendo em inconstitucionalidade.

No que se refere à pertinência temática da propositura, trata-se de matéria referente à proteção da saúde, existindo competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Observe-se:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Há, ainda, competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

(...)

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

No mesmo sentido prevê a Constituição do Estado da Bahia:

Art. 70 - Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do governador, legislar sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

(...)

XX - previdência social, proteção e defesa à saúde;

XXI - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

No que se refere ao mérito, é preciso entender, inicialmente, o contexto em saúde pública existente.

Na Bahia, conforme dados extraídos do site da Secretaria de Educação em 03 de abril de 2023, das 1.065 escolas da rede estadual de ensino, 576 unidades registraram matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No Brasil, apesar da carência de dados precisos relacionados ao autismo, o Censo do IBGE 2022 trouxe avanços significativos ao estimar a existência de dois milhões de autistas no país.

Nos Estados Unidos, em pesquisa de prevalência de autismo atualizada a cada 2 anos e que considera apenas crianças com 8 anos de idade, o Centro de Controle de Prevenção e Doenças apresentou dados, em 2020, indicando que 1 em cada 36 crianças de 8 anos são autistas no país, o que representa um aumento de 22% em relação ao estudo anterior.

Percebe-se, assim, que os dados indicam um crescimento no índice de autismo a nível global. Contudo, apesar do aumento citado, diversas famílias seguem sem informações adequadas, o que pode gerar um colapso em saúde a longo prazo.

É dizer, a população tem identificado sinais da doença, o aumento da sua prevalência, mas ainda tem dificuldades para acessar conhecimentos específicos essenciais e obter um apoio integral.

Nesse sentido, a criação do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional é de grande importância para responder às necessidades de formação em saúde, possibilitando uma atuação na esfera social e educacional. Ademais, é importante no processo de capacitação de pessoas para atuar em todos os níveis de atenção, com visão ampla e global da funcionalidade humana e da interação harmônica dos contextos de vida e saúde.

Quanto à adoção de políticas inclusivas para pais de pessoas atípicas, trata-se de medida que, considerando o contexto em saúde apresentado, tem o objetivo de preparar a sociedade, tornando a população multiplicadora de informação, de conhecimentos específicos, gerando um impacto positivo na comunidade local.

A prática da Terapia Ocupacional se insere nas áreas de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Educação, e remete o profissional desse campo a uma atuação clínica, social e educacional, perpassando desde a atenção básica até os níveis de mais alta complexidade.

Trata-se de profissional que será habilitado a atuar em prevenção, promoção, intervenção, reabilitação e cuidados paliativos, sempre integrando num enfoque interdisciplinar e territorial. Assim, em relação ao aumento exponencial dos casos de autismo, serão grandes parceiros da sociedade no enfrentamento dos obstáculos e situações existentes.

A importância desses cursos também reside na capacidade de democratizar o acesso à educação de qualidade na área da saúde. As universidades públicas, ao oferecerem programas de terapia ocupacional, garantem que estudantes de todas as camadas sociais tenham a oportunidade de se tornarem profissionais da saúde. Isso é essencial para a construção de um sistema de saúde mais inclusivo e equitativo, onde a qualidade dos cuidados não é determinada pela capacidade financeira do paciente ou do profissional.

Além disso, a formação de terapeutas ocupacionais em instituições públicas contribui para a pesquisa e o desenvolvimento de novas técnicas e abordagens terapêuticas. As universidades públicas são centros de inovação e conhecimento, onde professores e alunos podem colaborar em pesquisas que avançam o campo da terapia ocupacional. Isso não apenas melhora a prática profissional, mas também contribui para a base de evidências que sustenta a eficácia das intervenções ocupacionais.

Estudos realizados pelo Famivita, com mais de 2.500 participantes entre 12 e 18 de abril de 2023, trouxe dados importantes em relação à Bahia. Segundo a pesquisa, 85% das pessoas têm ciência de que os sinais do autismo se manifestam desde o início da infância; 60% das pessoas entrevistadas sabem que há pelo menos 2 milhões de autistas no Brasil e 69% das pessoas entrevistadas conhecem pelo menos uma pessoa com autismo na região.

Por isso, formar terapeutas ocupacionais competentes e éticos é essencial para responder às demandas de uma sociedade em constante mudança, onde o envelhecimento da população, as doenças crônicas e as questões de saúde mental estão se tornando cada vez mais prevalentes. É dizer, investir na formação desses profissionais é investir no futuro da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Posto isso, solicito aos ilustres pares a aprovação deste projeto, que autoriza a criação de cursos de Terapia Ocupacional em universidades estaduais públicas da Bahia, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2024.

Deputado HASSAN

(Às Comissões de: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Saúde e Saneamento; Direitos Humanos e Segurança Pública; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI 25.389/2024

DISPÕE SOBRE O ESTÍMULO À ATIVIDADE DE PODOLOGIA NO ÂMBITO DO ESTADO DA BAHIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido, no âmbito do Estado da Bahia, o estímulo à atividade da podologia.

Art. 2º - Atendidas as qualificações estabelecidas nesta lei, serão considerados profissionais da área de podologia.

I - Podólogo: o profissional de atenção à saúde com formação de nível superior em podologia, devidamente habilitado em curso aprovado por órgão competente e regulamentado pelo Ministério da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases;

II - Técnico de Podologia: o profissional de atenção à saúde com formação de nível médio, devidamente habilitado em curso técnico de podologia aprovado por órgão competente e regulamentado pelo Ministério da Educação, conforme a Lei de Diretrizes e Bases;

Art. 3º - A atividade de podologia, conforme inserido na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego, compete:

I - Ao podólogo:

- a) Tratamentos com equipamentos tecnológicos da área da saúde;
- b) Modelação e confecção de órteses e palmilhas;
- c) Laudos técnicos.

d) Uso de medicamentos locais tópicos.

II - Ao Técnico de Podologia:

- a) Tratar as podopatias superficiais dos pés;
- b) Alinhar lâmina ungueal através de procedimento superficial com órteses;
- c) Aplicar proteções e correções podológicas, preparar moldes e modelos para órteses e próteses;
- d) Orientar pacientes sobre medidas preventivas, bem como explicar técnicas de procedimentos;
- e) Realizar atividades educativas e orientações nas esferas pública e privada, promovendo a melhora podológica da população;
- f) Responsabilizar-se pelos atos praticados no exercício da profissão.

Parágrafo único - Entende-se pelas podopatias superficiais referidas no inciso deste artigo o tratamento de calos, calosidades plantares, onicocriptose (unha encravada), alterações nas lâminas ungueais e asperezas plantares.

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais de podologia deverão ter, obrigatoriamente, um podólogo como responsável técnico.

Art. 5º - São deveres do podólogo e do técnico de podologia:

I - Uso, no estabelecimento de prestação de serviços, de produtos com informações de rotulagem e registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

II - Realizar procedimentos de higienização, desinfecção e/ou esterilização de materiais no estabelecimento, bem como acondicionamento desses materiais de acordo com as normas sanitárias vigentes;

III - Acondicionamento e descarte adequado de lixo contaminado para incineração;

IV - Utilizar equipamentos de proteção individual.

V - Manter fichas de prontuário de usuários.

VI - Reconhecer, orientar e tratar com segurança as afecções superficiais podológicas do paciente diabético, utilizando-se do seu conhecimento profissional para orientação e educação do paciente sobre os riscos da não higienização dos pés;

VII - Identificar e encaminhar adequadamente as afecções que requeiram cuidados médicos especializados;

VIII - São obrigações profissionais do podólogo: trabalhar com ética, cuidar da higiene e aparência pessoal, saber manipular materiais, produtos químicos de esterilização e limpeza e medicamentos para uso no atendimento dos pacientes e atualizar-se profissionalmente.

Art. 6º - A atividade da podologia será realizada em clínicas de estética, estabelecimentos que ofereçam serviços e produtos de podologia, associações, hospitais, unidades básicas de saúde, agremiações esportivas, domicílios ou na atuação como profissional autônomo.

Art. 7º - O local onde haverá o exercício da podologia somente poderá funcionar mediante a expedição de alvará ou licença de funcionamento emitidos pelo órgão competente.

Art. 8º - O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei através da Secretaria Competente.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2024.

Deputado JÚNIOR MUNIZ

JUSTIFICATIVA

O estímulo à atividade de podologia no estado da Bahia é crucial por diversos motivos. Primeiramente, a podologia desempenha um papel fundamental na promoção da saúde dos pés, prevenindo e tratando uma série de condições podológicas que podem afetar a qualidade de vida das pessoas. Além disso, a podologia é uma profissão reconhecida internacionalmente, e o incentivo a essa atividade pode gerar oportunidades de emprego e renda para os profissionais da área, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico do estado.

Ao aprovar um projeto de lei que visa estimular a atividade de podologia, o estado da Bahia estará promovendo a saúde pública, garantindo que seus cidadãos tenham acesso a serviços de podologia de qualidade. Isso é especialmente importante considerando que problemas nos pés podem impactar diretamente na mobilidade e no bem-estar geral das pessoas.

Além disso, o projeto de lei pode estabelecer padrões de formação e regulamentação da profissão de podólogo, garantindo que os serviços prestados atendam a critérios de qualidade e segurança. Isso também pode incluir a criação de programas de capacitação e atualização profissional para os podólogos, garantindo que estejam sempre aptos a oferecer os melhores cuidados aos seus pacientes.

Por fim, o estímulo à atividade de podologia pode contribuir para a diversificação da oferta de serviços de saúde no estado, ampliando o leque de opções disponíveis para a população. Isso pode beneficiar especialmente grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com condições médicas crônicas que requerem cuidados especiais com os pés

Sala das Sessões, 27 de maio de 2024.

Deputado JÚNIOR MUNIZ

(Às Comissões de: Constituição e Justiça; Saúde e Saneamento; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público; Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

MOÇÃO Nº 27.392/2024

MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO EX-VEREADOR CONQUISTENSE VIRGÍLIO FIGUEIRA MENDES (VIVI MENDES).

O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa, Moção de Pesar pelo falecimento do ex-vereador conquistense Virgílio Figueira Mendes, ocorrido nesta sexta-feira (24/05/2024), aos 93 anos.

Vivi Mandes era uma das figuras históricas da política de Vitória da Conquista o ex-vereador Vivi Mendes, que ocupou uma cadeira no legislativo por 7 mandatos. Pessoa leve, sempre disposta a ajudar o povo, Vivi teve como seu principal eleitorado a região da Limeira, Capinal, Iguá, dentre outras localidades rurais, sempre em busca de ajudar os mais necessitados.

Virgílio Figueira Mendes, conhecido popularmente como Vivi Mendes foi eleito vereador da Câmara Municipal de Vitória da Conquista em 1983 e teve seu mandato renovado por mais seis eleições consecutivas. Sua vocação política herdada de seu pai, Vivaldo Mendes Ferraz, e que também passou para seus filhos, como por exemplo o atual vereador Nelson de Vivi.

Virgílio Figueira Mendes Vivi, foi agricultor, nasceu na Vila do Iguá, município de Vitória da Conquista, mas foi criado no povoado da Limeira, ao lado dos pais, filho do ilustre vereador Vivaldo Mendes Ferraz, uma das mais influentes personalidades da história política de Conquista. Iniciou suas atividades político-partidárias quando se filiou ao extinto MDB, sendo eleito pela primeira vez em 1983, após seu primeiro mandato, Vivi Mendes foi reeleito, sucessivamente, por seis vezes. Em 2002 filiou-se ao PT e, em 2008, foi reeleito com 2.482 votos, assumindo seu sétimo mandato.

Vivi Mendes era um defensor ferrenho da zona rural, tendo sua trajetória política marcada pela defesa e valorização do homem do campo, lutando pela implantação de políticas públicas que beneficiem os pequenos produtores rurais. Destaca-se também, em sua atuação como parlamentar, projetos e indicações que promovam a melhoria da qualidade de vida da população carente.

Mendes deixa esposa, 50 filhos incluindo Nelson de Vivi, que atualmente ocupa uma cadeira na Câmara de Vereadores, netos, bisnetos e trinetsos.

Portanto, com o exposto, dê-se ciência a família, amigos, a Câmara Municipal em nome do Vereador de Vivi e a imprensa local, em nome da Prefeita da Cidade de Vitória da Conquista Sra. Sheila Lemos, Bahia da presente Moção de Pesar pelo falecimento do notório cidadão político Conquistense, SENHOR VIRGÍLIO FIGUEIRA MENDES, (Vivi Mendes), que tanto contribuiu com o desenvolvimento de Vitória da Conquista e que Sá da Bahia.

Sala das Sessões, 24 de maio de 2024.

Deputado TIAGO CORREIA

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 27.393/2024

Manifesta moção de pesar pelo falecimento da empresária e líder comunitária Márcia de Xexéu.

Exemplo de caráter, retidão, humildade e de amor ao próximo, a líder comunitária, empresária e política Márcia Cristina Amorim Marinho, carinhosamente tratada em Jequié como Márcia de Xexéu, faleceu no dia 25 de maio de 2024, aos 64 anos, deixando de luto a comunidade jequeense, em especial a população do bairro Curral Novo, onde tinha forte atuação social e humanitária.

Suas ações em benefício das pessoas mais carentes sempre foram louváveis. Tratava-se, certamente, de uma mulher aguerrida, amiga e um ser humano verdadeiramente incrível, que sempre defendeu o próximo e se colocou à serviço dos mais humildes e necessitados, com importante trabalho em prol das famílias do bairro Curral Novo.

Conhecida e reconhecida em Jequié, Márcia administrava a empresa da família ao lado do esposo e do filho Walmir Júnior, a WM Construtora, sediada no bairro Curral Novo.

Em 2020, foi candidata a vice-prefeita do município, na chapa liderada pelo médico Fernando Vieira, quarto colocado na disputa eleitoral daquele ano. Recentemente filiada ao União Brasil, partido que integra o grupo do prefeito Zé Cocá, Márcia era cogitada como virtual candidata ao legislativo municipal e era apontada como um dos fortes nomes na corrida por uma das 19 vagas na Câmara de Vereadores.

Ficam registrados os pêsames por essa perda irreparável, ainda, ao esposo de Márcia, Sr. Walmir Peleteiro Marinho, conhecido como Xexéu, de quem ela ganhou o apelido, e aos seus filhos, desejando a todos o conforto necessário nesse momento tão delicado.

Posto isso, é justo que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia proponha moção de pesar pelo falecimento da empresária e líder comunitária Márcia de Xexéu.

Dê-se ciência desta moção ao Governo do Estado, à Prefeitura de Jequié, bem como aos familiares.

Sala das Sessões, 25 de maio de 2024.

Deputado HASSAN

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

MOÇÃO Nº 27.396/2024

Moção de pesar pelo falecimento de Lude Montalvão Pereira Damico, ocorrido em 25 de maio de 2024.

O deputado que esta subscreve vem, na forma regimental, inserir na Ata dos trabalhos desta Casa Legislativa moção de pesar pelo falecimento de Lude Montalvão Pereira Damico, ocorrido em 25 de maio de 2024.

Com profundo pesar recebemos a notícia do falecimento, no dia 25 de maio, da jovem companheira de tantas lutas e militante do Partido Comunista Brasileiro - PCB, Lude Montalvão.

Perdemos uma pessoa comprometida com as mudanças radicais que a sociedade necessita, com a organização popular, com o combate aos manicômios seja de que forma se expressem. Recém-formada em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), estava inserida na luta e organização da categoria da área de Saúde.

Lude era uma companheira revolucionária, militante destacada e assumimos o compromisso de continuar a caminhada pela construção de uma sociedade igualitária.

Nosso fraterno abraço ao companheiro Giovanni Damico, suas duas filhas, à toda família, aos amigos e às/aos camaradas do PCB e demais que com ela atuavam. Será sempre lembrada!

Camarada Lude, presente!

Dê-se conhecimento da presente Moção à família de Lude Montalvão Pereira Damico.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2024.

Deputado HILTON COELHO - PSOL

(Dê-se conhecimento aos interessados.)

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

PARECERES ÀS INDICAÇÕES

Nº 27.239/2024 - DEPUTADO LUCIANO ARAÚJO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a inclusão do Município de Conceição do Coité no Programa de Modernização das Estruturas de Segurança Pública, para contemplar a Cidade com uma nova Delegacia Territorial (DT), já em conformidade com o novo padrão construtivo do Governo do Estado.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.240/2024 - DEPUTADO HILTON COELHO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a criação de um Núcleo do NEOJIBA no Subúrbio Ferroviário de Salvador.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.241/2024 - DEPUTADO EDUARDO SALLES - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a necessidade de concessão de incentivos fiscais no pagamento e lançamento do ICMS para os estabelecimentos e produtores rurais situados no Estado da Bahia, cujas atividades principais se enquadram na classificação nacional de atividades econômicas de Preservação de Peixes, Crustáceos e Moluscos e Fabricação de Conservas de Peixes, Crustáceos e Moluscos, enquadrados nos códigos CNAE 1020-1/01 ou 1020-1/02.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

Nº 27.242/2024 - DEPUTADO HASSAN - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, Sérgio Luís Lacerda Brito, a construção de passarela entre o Povoado da Fazenda Velha e o Povoado da Barragem da Pedra, em Jequié.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO LAERTE DO VANDO

Nº 27.243/2024 - DEPUTADO PENALVA - Indica ao Governo do Estado da Bahia a fiscalização e vigência dos Planos de Carreira Profissional do Magistério Público na Bahia.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

Nº 27.244/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a reforma estrutural da Central de Abastecimento do Malhado, Município de Ilhéus-BA.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR

Nº 27.245/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e ao Procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Pedro Maia, designarem promotor criminal titular em Conceição de Coité.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.246/2024 - DEPUTADO PANCADINHA - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a criação de unidade da Delegacia de Repressão ao Crime contra a Criança e Adolescente nos Municípios da Bahia, dentre as principais: Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Juazeiro, Lauro de Freitas, Ilhéus, Itabuna, Porto Seguro, Barreiras, Jequié, Teixeira de Freitas, Simões Filho, Eunápolis, Paulo Afonso, Luís Eduardo Magalhães, Santo Antônio de Jesus e Guanambi.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÓ

PARECERES ÀS MOÇÕES

Nº 27.353/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Moção de Aplausos à Presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende, pela posse como Governadora interina do Estado da Bahia.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.354/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos pelo Dia Nacional da Defensoria Pública.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.355/2024 - DEPUTADA OLÍVIA SANTANA - Moção de Aplausos ao professor Fábio Macêdo Velame e à professora Juliana Cardoso Nery, eleitos para os cargos de Diretor e Vice-diretora da Faculdade de Arquitetura da UFBA.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.356/2024 - DEPUTADA FABÍOLA MANSUR - Moção de Aplausos pelos 13 anos de criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Bahia (SPM-BA), comemorados no dia 13 de maio.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.357/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo do Município de SEABRA pela passagem do 135º aniversário de emancipação político-administrativa.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

Nº 27.358/2024 - DEPUTADO PATRICK LOPES - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo do Município de MUCUGÊ pela passagem do 177º aniversário de emancipação política, emancipado em 17 de maio de 1847.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

Nº 27.359/2024 - DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR - Moção de Congratulações ao povo da Cidade de SÃO FÉLIX DO CORIBE pela passagem do 35º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 14 de maio.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO LAERTE DO VANDO

Nº 27.360/2024 - DEPUTADO HILTON COELHO - Moção de Aplausos pela passagem do Dia da trabalhadora e do trabalhador na limpeza, comemorado no dia 16 de maio.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

Nº 27.362/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo da Cidade DE PALMAS DE MONTE ALTO pela passagem do 184º aniversário de emancipação política.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR

Nº 27.363/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos pelo Dia do Defensor Público, comemorado no dia 19 de maio.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.364/2024 - DEPUTADA IVANA BASTOS - Moção de Congratulações ao povo do Município de PALMAS DE MONTE ALTO pela passagem do 184º aniversário de elevação à categoria de vila, com a denominação de Monte Alto, obtida pela Lei Provincial nº 124, de 19 de maio de 1840, desmembrando-se de Macaúbas.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÓ

SAF – DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

A L B A

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA

ATO Nº 3903/2024

O Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, no uso de suas atribuições e, considerando o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, aprova o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2024, detalhado na forma do Anexo I.

Gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em 20 de maio de 2024.

Adolfo Menezes
Presidente



EGBA
GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO

71 3343-2887
dool.egba.ba.gov.br



DOOL

Portal e aplicativo de celular que oferecem acesso a informações publicadas no Diário Oficial do Estado, de forma ágil e fácil, possibilitando fazer buscas por temas.

Egba. Melhores preços, melhor qualidade, maior segurança.



